

# A falência dos Estados

Pressionados por governadores e secretários da Fazenda e do Planejamento de todos os Estados, os senadores em Brasília estão dispostos a aprovar uma resolução — instrumento que entraria em vigor imediatamente, não precisando da sanção presidencial — reduzindo de 11% para 7% em 1996 e 9% em 1997 a parcela de suas receitas líquidas que os Estados são obrigados a comprometer para pagar dívidas com a União. A alegação de todos é que os governos estaduais estão atolados em compromissos vencidos, pagando juros estratosféricos, têm altos custos com suas folhas de pagamento do funcionalismo e todo o dinheiro que arrecadam é consumido nessas fontes de despesas, não sobrando praticamente nada para fazer nenhum tipo de investimento, seja na área social seja em infra-estrutura.

De fato, é calamitosa a situação financeira dos Estados, sem exceção. Basta ver o Orçamento de São Paulo para 1996, apresentado quarta-feira pelo governador Mário Covas. Sem prever nenhum investimento novo, sem reservar recursos para pagar dívidas contraídas com empreiteiras nem com sentenças judiciais, a primeira versão do projeto orçamentário paulista apresenta um déficit de R\$ 745,3 milhões para uma arrecadação total prevista de R\$ 30,9 bilhões. Covas terá de fazer cortes em setores prioritários e na folha de pagamento para não se endividar ainda mais. E passará o ano de 96 somente pagando contas e cuidando da folha do funcionalismo. São Paulo é, possivelmente, o caso mais grave, mas os outros 26 Estados não estão em situação muito melhor. E, se não houver um mínimo de investimento, podem começar a aparecer crises sociais mais graves. A questão da violência urbana, por exemplo, precisa ser enfrentada com urgência e isso demanda recursos.

É preciso, portanto, que se dê algum alívio aos governadores, como já começaram a admitir o presidente Fernando Henrique Cardoso e os ministros Pedro Malan e José Serra. Mas esse auxílio não pode vir somente como essa espécie de “presente” que os senadores estão pensando em dar aos governadores com a redução do nível de comprometimento da receita pa-

ra pagamento de dívidas. Mesmo porque, se isso alivia os Estados, agrava os problemas da União, que receberá menos dinheiro e terá de encontrar uma maneira de cobrir o que perderá. Não adianta desvestir um santo para vestir outro. Ainda mais considerando-se que os Estados, como apontou quinta-feira o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, terão este ano um aumento real de mais de 25% nos repasses que recebem do Tesouro Nacional por conta do Fundo de Participação.

A solução para o problema deve ser global, negociada com o governo federal. E deve envolver não só o equacionamento das dívidas dos Estados (e também dos municípios) mas também — e principalmente — compromissos dos governadores com programas de austeridade e de reforma patrimonial que permitam reduções de despesas e a arrecadação de recursos para pagar dívidas e diminuir os compromissos com os juros. No que diz respeito à austeridade, deve-se reconhecer, muitos governadores já estão tomando providências, fazendo demissões, reduzindo custos. Para poderem aprofundar mais esse trabalho, dependem, porém, do Congresso Nacional, da aprovação da reforma administrativa. Assim, fariam bem os senadores se cuidassem mais dessa parte e deixassem o problema da dívida para ser decidido entre os ministros e os secretários estaduais da Fazenda e do Planejamento.

Quanto à reforma patrimonial, a disposição de privatizar e vender imóveis desnecessários, uma forma de, ao mesmo tempo, reduzir despesas e aumentar receitas a curto prazo sem sacrificar o contribuinte, isto só depende dos próprios governadores. Mas deve ser uma exigência primordial em qualquer acordo que o governo federal fizer com os Estados. Não tem sentido ajudar um Estado qualquer, como por exemplo São Paulo, quando seu governador está pensando em arrumar alguns bilhões de reais para ficar com um banco estatal que só dá prejuízos e dor de cabeça. Quem não quer privatizar nem desfazer-se de ativos não merece — ou não precisa de — ajuda.